

RECURSO ESPECIAL Nº 1.866.991 - MT (2020/0063423-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **RONALDO CARDOSO DA SILVA**
RECORRENTE : **JUSSARA CORDEIRO MARQUES CARDOSO**
RECORRENTE : **ROBERTO CARLOS CARDOSO DA SILVA**
ADVOGADO : **RODRIGO RIBEIRO ARAÚJO - MT013984B**
RECORRIDO : **BANCO BRADESCO S/A**
ADVOGADOS : **ANNE BOTELHO CORDEIRO - RO004370**
 ANDRÉIA REGINA PEREIRA NOGUEIRA - CE026326
 LAIS PAULINO VILELA CAVALHEIRO - MT015368O
 FELIPE EDUARDO DE AMORIM XAVIER - MT016524O
 ANDRESSA FREITAS BORGES - MT014639
 CLEBER LEMES ALMECER - MT011378O

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PEDIDO QUE CARACTERIZA EXCESSO DE EXECUÇÃO. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DO VALOR CORRETO E DA APRESENTAÇÃO DE MEMÓRIA DE CÁLCULO. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

DECISÃO

Na origem, Roberto Carlos Cardoso da Silva e outros opuseram embargos à execução em desfavor do Banco Bradesco S.A. Alegaram ausência de título executivo, inépcia da petição inicial por ausência de juntada de documento que comprove a efetiva liberação do valor supostamente emprestado, excesso de execução decorrente da cobrança de juros abusivos, capitalização diária de juros, com a consequente descaracterização da mora.

O Magistrado de primeiro grau rejeitou os embargos à execução e condenou os embargantes ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa.

Interposta apelação, a Terceira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, por unanimidade, negou provimento ao recurso nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 257):

APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS À EXECUÇÃO – MATÉRIA REVISIONAL – ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO –

NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DO VALOR CORRETO E DA APRESENTAÇÃO DE MEMÓRIA DE CÁLCULO - EMBARGOS NÃO CONHECIDOS – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO.

Quando o excesso de execução for objeto dos embargos à execução, necessária a indicação do correto valor do débito, além da apresentação da respectiva memória de cálculo, sob pena de não conhecimento dos embargos.

Os aclaratórios opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 282-289).

Nas razões do recurso especial, os recorrentes alegam ofensa ao art. 917, VI, § § 2º e 3º do NCPC, sustentando que, no caso concreto, as matérias invocadas em defesa não se enquadram em nenhuma das hipóteses legais do artigo supracitado, de modo que não refletem mera alegação de excesso de execução, pura e simplesmente, como sugerido na sentença.

Pontuam que pretendem ver reconhecido e declarado judicialmente a abusividade e ilegalidade dos critérios constantes do título, especialmente no que diz respeito à taxa de juros e à sua capitalização diária, o que, atoda evidência, representa situação bem diferente de uma mera alegação de excesso de execução.

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 325).

Juízo de admissibilidade positivo (e-STJ, fls. 326-327).

Brevemente relatado, decido.

Em relação ao alegado excesso de execução, a Corte local asseverou o seguinte (e-STJ, 259-266 - sem grifo no original):

Regulamentando essa previsão, o art. 739-A, § 5º, do CPC/1973, determinava também que se fosse utilizado fundamento de excesso de execução, o embargante deveria “declarar na petição inicial o valor que entende correto, apresentando memória do cálculo, sob pena de rejeição liminar dos embargos ou de não conhecimento desse fundamento. ” A par disso, havia entendimento consolidado pela doutrina e jurisprudência, à época, no sentido de que nos casos em que os Embargos tinham como fundamento o excesso de execução, era necessário para seu processamento que a parte apresentasse memória de cálculo, confirmando a vigência do prescrito no Diploma Processual, como se observa dos seguintes julgados:

(...)

Dessa forma, **em que pese os apelantes sustentarem que não foi alegado nos embargos à execução a matéria de excesso de execução, verifica-se que os apelantes afirmaram a presença de cláusulas abusivas no contrato, referente à taxa de juros**

remuneratórios e capitalização diária.

Assim, a pretensão revisional exercida em embargos caracteriza alegação de excesso de execução, sendo exigível a apresentação de memória de cálculo do valor que entende a parte devido e sua inobservância enseja sua rejeição.

(...)

Com efeito, os apelantes não declararam na inicial o valor que entendem correto e, tampouco, apresentaram memória do cálculo, razão pela qual, não há reparo a ser realizado na sentença de primeiro grau.

Desse modo, tendo o Tribunal estadual, mediante a análise dos fatos e provas dos autos, concluído tratar-se de excesso de execução, a revisão do julgado, com o consequente acolhimento da pretensão recursal, demandaria necessariamente o reexame do acervo fático-probatório da causa, o que não se admite em âmbito de recurso especial, dado o óbice da Súmula 7 do STJ.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte ora recorrida em 1% sobre o valor da causa.

Publique-se.

Brasília, 18 de março de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator